RESUMO
Este artigo faz uma revisão geral na história da educação no Brasil, desde o período colonial até os dias atuais. Ele destaca os principais momentos, reformas e desafios que o setor enfrentou ao longo do tempo. Começa falando dos jesuítas em 1549, que tinham como objetivo ensinar os indígenas e formar a elite colonial, com um foco forte na religião e acesso limitado. Depois da expulsão dos jesuítas em 1759, o próprio Estado passou a controlar a educação. A história da educação brasileira é cheia de altos e baixos, refletindo as mudanças sociais, políticas e econômicas que o país viveu ao longo dos séculos. Será explicado por que entender como a educação evoluiu no Brasil é tão importante. Assim, podemos aprender com os erros e acertos do passado para criar políticas públicas melhores, que realmente ajudem a reduzir as desigualdades e promover uma educação mais justa para todos. Serão mostrados leis, documentos e nomes de pessoas como: Benjamin Constant, Anísio Teixeira e Paulo Freire, que são importantes e contam a história da educação no nosso País. A análise deste artigo permitirá entender o desenvolvimento da história da educação no Brasil, além de servir como um recurso para impulsionar a qualidade da educação, uma vez que destaca os desafios que o sistema educacional tem enfrentado. Este artigo tem como objetivo, por meio de uma pesquisa bibliográfica, explorar as principais transformações que ocorreram na educação no Brasil. Reconhecendo a diversidade de fases educacionais que o país vivenciou.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; História; Leis; Documentos; Brasil

ABSTRACT
This article provides a general review of the history of education in Brazil, from the colonial period to the present day. It highlights the main milestones, reforms, and challenges that the sector has faced over time. It begins by addressing the arrival of the Jesuits in 1549, whose objective was to teach the Indigenous peoples and educate the colonial elite, with a strong focus on religion and limited access. After the expulsion of the Jesuits in 1759, the State itself assumed control over education. The history of Brazilian education is marked by ups and downs, reflecting the social, political, and economic changes the country has undergone over the centuries. The article explains why understanding how education has evolved in Brazil is so important. By learning from past mistakes and achievements, it is possible to design better public policies that truly help reduce inequalities and promote fairer education for all. Laws, documents, and figures such as Benjamin Constant, Anísio Teixeira, and Paulo Freire will be presented, as they played significant roles in shaping the history of education in the country. This analysis allows for a deeper understanding of the development of education in Brazil and serves as a resource for improving the quality of education, as it emphasizes the challenges the system has faced. The article aims, through bibliographic research, to explore the main transformations that have taken place in Brazilian education, recognizing the diversity of educational phases the country has experienced.

KEY-WORDS: Education; History; Laws; Documents; Brazil

INTRODUÇÃO

Conhecer a trajetória da educação é importante para entendermos de onde viemos e como chegamos ao sistema de educação atual no Brasil.

A Educação é um dos pilares fundamentais na construção histórica e democrática de um país, pela qual se permite acessar à realidade e promover as mudanças significativas no processo de formação. Assim, a educação é marcada por um percurso histórico, que se desenvolve e se modifica conceitualmente ao longo da história até os dias atuais como a conhecemos. (CANCIAN et al, 2023, p.1).

Apesar de avanços importantes, como a constitucionalização do direito à educação e a ampliação do ensino público, o Brasil ainda enfrenta sérios desafios estruturais e sociais.
Persistem a desigualdade no acesso, a má qualidade do ensino em determinadas regiões, o subfinanciamento crônico, desvios de verba, a precariedade na formação docente e os baixos salários da categoria.
Ao longo do tempo, a educação brasileira passou por avanços e retrocessos, sempre influenciada pelas desigualdades sociais e pelos obstáculos que dificultaram o desenvolvimento do país.

A história da Educação no Brasil, aponta inicialmente para uma educação elitista, e doutrinaria, designada a poucas pessoas da elite e a dominação dos nativos, contudo, com o desenvolver da história, a educação passou a assumir uma nova postura na busca pela democratização das competências para a vida social, se legitimando na defesa das diferenças sociais. (CANCIAN et al, 2023, p. 12).

Durante a história da educação brasileira, várias leis e movimentos reformistas tentaram ampliar o acesso à educação, melhorar sua qualidade e fortalecer seu papel como um direito de todos.
Reformadores como:
Benjamin Constant;
Anísio Teixeira;
Paulo Freire.
Essas pessoas ajudaram a formar uma ideia de educação pública, laica, inclusiva e capaz de transformar vidas.
É importante que falarmos os nomes de pessoas que contribuíram para a história da educação em nosso País, pois ajudaram a transferir conhecimento e autonomia para o povo brasileiro.
Documentos como o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e leis como a primeira LDB refletem o esforço histórico por consolidar um sistema educacional eficiente e democrático.

[...] o quarto período (1890-1931) é marcado pela criação das escolas primárias nos estados na forma de grupos escolares, impulsionada pelo ideário do iluminismo republicano; o quinto período (1931-1961) se define pela regulamentação, em âmbito nacional, das escolas superiores, secundárias e primárias, incorporando crescentemente o ideário pedagógico renovador; finalmente, no sexto período, que se estende de 1961 aos dias atuais, dá-se a unificação da regulamentação da educação nacional abrangendo a rede pública (municipal, estadual e federal) e a rede privada as quais, direta ou indiretamente, foram sendo moldadas segundo uma concepção produtivista de escola (SAVIANI, 2005, p. 12). 9SAVIANE, 2008, p.2).

A educação no Brasil mostra a complexidade de nossa história e sociedade.
É exatamente a partir dessa constatação que pretendo demonstrar a importância do estudo da História da Educação para a atualidade, ou seja, numa "sociedade pedagógica", a chamada "sociedade aprendente" ou "sociedade do conhecimento" é essencial que as pessoas aprendam a relativizar e criticar as diferentes propostas educativas. Isso só será possível à proporção que conheçam as proposições educacionais que historicamente já têm demonstrado seus resultados. Assim, a história da educação servirá de locus privilegiado para a crítica e reflexão em torno dos problemas educacionais e de formação, quer em sentido restrito quanto amplo, que afligem a sociedade contemporânea. (SILVA, 2009, p.19). Desde os primeiros passos no período colonial até os dias atuais, o sistema educacional passou por diversas transformações, moldadas por interesses religiosos, políticos e econômicos.
Este artigo busca apresentar um panorama da evolução da educação brasileira, destacando seus principais marcos históricos, personagens influentes e os desafios ainda enfrentados pelo país na construção de um ensino mais justo e inclusivo.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A educação no Brasil começou com a chegada dos jesuítas em 1549, cujo objetivo era catequizar os indígenas e educar os filhos dos colonizadores, com ensino baseado na moral e religião católica.

Explicitamente, a missão da Companhia de Jesus era a de catequizar, ou seja, conseguir

adeptos à fé católica, tornar os índios mais dóceis e submissos, adaptando-os à mão de obra. Verificamos, porém, que implicitamente ela afastou-se deste objetivo voltando-se para a educação de elites, pois assim agindo, garantia para si lucros financeiros e a formação de futuros sacerdotes, o que não lhe era assegurado na proposta Inicial. Da educação estava excluído o povo, e graças à Companhia de Jesus, o Brasil permaneceu, por muito tempo, com uma educação voltada para a formação da elite dirigente. (RIBEIRO, 1993, p. 15 e 16).

No passado, o acesso era limitado, e a maior parte da população permanecia analfabeta. Quando os jesuítas foram expulsos em 1759, o ensino passou a ser controlado pelo governo, mas ainda tinha um perfil elitista e religioso.
O primeiro período (1549-1759) é dominado pelos colégios jesuítas; o segundo (1759-1827) está representado pelas "Aulas Régias" instituídas pela reforma pombalina, como uma primeira tentativa de se instaurar uma escola pública estatal inspirada nas ideias iluministas segundo a estratégia do despotismo esclarecido; o terceiro período (1827-1890) consiste nas primeiras tentativas, descontínuas e intermitentes, de se organizar a educação como responsabilidade do poder público representado pelo governo imperial e pelos governos das províncias;[...] (SAVIANI, 2008, p.2).

Ao longo dos séculos XIX e XX, surgiram iniciativas para democratizar o ensino, como as reformas de Benjamin Constant e o trabalho de educadores como Anísio Teixeira e Paulo Freire, que defenderam uma educação pública, laica e acessível.
Duas mudanças importantes aconteceram na educação a primeira em 1930, o governo começou a organizar melhor o sistema de ensino, criou o Ministério da Educação ampliando as escolas públicas e 1932 com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova que lutou por uma educação que fosse universal, gratuita e obrigatória.
A educação a distância também passou a se desenvolver, especialmente a partir do século XX.
Entrando do site do Governo Federal na página do MEC encontramos em ordem cronológica a História da Educação brasileira, com os anos, leis e documentos que reforçaram a educação no nosso País, desde a o processo de redemocratização meados da década de 1980:
1981 Criado o Sistema de Informações Bibliográficas em Educação (Sibe), constituído por um complexo de bibliotecas e/ou centros de documentação especializados em educação, sendo o Centro de Informação e Bibliote4ca em Educação (Cibec) a unidade central. O acervo era constituído de coleções de órgãos extintos, tais como o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e outras bibliotecas de diversos setores do MEC. O principal produto do Sibe foi a Bibliografia Brasileira de Educação (BBE).
1983 Alterada da denominação da Fundação Nacional de Material Escolar (Fename) para Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), ampliando as suas finalidades (Lei nº 7.091, de 18 de abril de 1983) com vistas a assegurar os instrumentos e condições de assistência educacional nos níveis de formação pré-escolar e de 1º e 2º graus.
1985 Criado o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que tem por objetivos a socialização e universalização do ensino por meio da seleção, aquisição e distribuição gratuita de livros didáticos para todos os alunos matriculados nas escolas das redes públicas do ensino fundamental de todo o país (Decreto nº 91.542, em 19 de agosto de 1985). Redefinidos os objetivos do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) tendo em conta que a ampliação das oportunidades de acesso e retorno à escola passa a ser a principal diretriz do programa Educação para Todos. O Mobral passa a ser denominado Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Educar), com o objetivo de fomentar a execução de programas de alfabetização e educação básica destinados aos que não tiveram acesso à escola ou dela saíram antes de concluírem todo o percurso escolar (Decreto nº 91.980, de 25 de novembro de 1985).
1990 Criado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), com o objetivo de identificar fatores que incidem no processo de aprendizagem com vistas à melhoria da qualidade do ensino.

1991 Tem início, em fase experimental, o programa Salto para o Futuro, como "Jornal da Educação, Edição do Professor". Foi concebido e produzido pela Fundação Roquette Pinto para atender às diretrizes políticas do Governo Federal no fomento aos programas de educação a distância e inspirar alternativas pedagógicas. Em 1996, o programa foi incorporado à grade da TV Escola.
1992 Instituído o Programa de Crédito Educativo (PCE) para estudantes carentes e com bom desempenho acadêmico em cursos universitários de graduação (Lei nº 8.436, de 25 de junho de 1992).
1993 Criada a comissão especial para elaborar o Plano Decenal de Educação para Todos (Portaria nº489, de 18 de março de 1993), no contexto pós-Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em 1990 em Jomtien, Tailândia. As posições consensuais dessa reunião foram sintetizadas na Declaração Mundial de Educação para Todos. Enquanto signatário desse documento, o Brasil, bem como outros nove países em desenvolvimento e com expressiva população mundial, assume internacionalmente o compromisso de em uma década (1993-2003) assegurar a todos o direito da educação, esforçando-se para a universalização da educação básica.
1995 Criada a TV Escola, mediante o Protocolo de Cooperação Técnica nº 1, celebrado entre o MEC, o Ministério das Comunicações e a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. O objetivo era promover a melhoria do ensino, utilizando a educação aberta, continuada e a distância, por intermédio das emissoras de rádio e televisão da Fundação Roquette Pinto. Criado o Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE), que a partir de 1998 por força da Medida Provisória nº 1784, de 14 de dezembro, passou a ser denominado Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Executado pelo FNDE, o PPDE tem o objetivo de prestar assistência financeira às escolas públicas do ensino fundamental das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas de educação especial qualificadas como entidades filantrópicas ou por elas mantidas.
1996 Promulgada a Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional, (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que estabelece normas para todo o sistema educacional, da educação infantil à educação superior, além de disciplinar a Educação Escolar Indígena. A nova LDB substitui a Lei nº 5.692 de 1971 e dispositivos da Lei nº 4.024, de 1961, que tratavam da educação. Aprovada a Emenda Constitucional nº 14, regulamentada pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Avaliação global do ensino superior a partir da análise de indicadores de desempenho, abrangendo o desempenho individual de estudantes, os cursos de graduação (Exame Nacional de Cursos), os programas de mestrado e doutorado, por área de conhecimento, e também as instituições de ensino superior (Decreto nº 2.026, de 10 de outubro de 1996).
1997 Fusão FAE/FNDE. De acordo com o Decreto nº 2.162, de 24 de fevereiro de 1997, todas as atribuições e responsabilidades da FAE passam a ser da competência do FNDE.
1998 Criado o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como instrumento de avaliação do desempenho dos alunos e das escolas. Na sua quarta edição, em 2001, passou a ser aceito como teste válido para o acesso ao ensino superior, de modo isolado ou combinado ao vestibular tradicional.
1999 O Ministério da Educação e do Desporto passa a ser denominado Ministério da Educação (Medida Provisória nº 1.799-1, de 21 de janeiro de 1999). O Programa de Crédito Educativo passa a ser denominado para Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies), ficando a Caixa Econômica Federal responsável pela sua gestão (Medida Provisória nº 1.827, de 27 de maio de 1999). Aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena (Parecer nº 14/99, de 14 de setembro de 1999 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação).
2001 Aprovado o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001), com duração de 10 anos, ficando os Estados e os Municípios a partir de então com a incumbência de elaborar os planos decenais correspondentes. À União cabe instituir o Sistema Nacional de Avaliação, fixando os mecanismos necessários ao acompanhamento das metas constantes no PNE. Instituído o

Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies), destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva (Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001). Criado o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Educação, o Bolsa-Escola Federal (Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001), com vistas a estimular crianças e jovens carentes de 6 a 15 anos a romperem, por meio da educação, o ciclo da reprodução da miséria. As mães beneficiadas pelo programa recebiam um cartão magnético para levantar junto à Caixa Econômica Federal o recurso liberado pelo MEC.

2003 Criado o Programa Brasil Alfabetizado (Decreto nº 4.834, de 8 de setembro de 2003), com a finalidade de promover a alfabetização de jovens acima de 15 anos e adultos excluídos da escola antes de aprender a ler e a escrever. A prioridade no repasse de recursos para estados e municípios estimula a permanência dos alunos nas classes de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Ampliado o Programa Nacional de Livro Didático (PNLD) para atender, além do ensino fundamental, estudantes das escolas da educação especial, tanto as públicas quanto as privadas com fins filantrópicos. Torna-se obrigatório o ensino da temática História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial das escolas públicas de educação básica (Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003). Ampliado o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que passa a atender crianças matriculadas nas creches públicas e filantrópicas, antes excluídas do benefício. No mesmo ano, alunos da pré-escola passam a receber os mesmos valores repassados aos alunos do ensino fundamental (antes, eles recebiam somente a metade), enquanto estudantes das escolas localizadas em comunidades indígenas receberam valores maiores, devido às particularidades socioeconômicas dessas populações.

2004 Criado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes (Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004). Os alunos ingressantes e concluintes são avaliados por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Criado o Programa Universidade para Todos (ProUni), que concede bolsas de estudos (parciais e integrais) a jovens de baixa renda (Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2004). O programa também define que um percentual das bolsas deve ser destinado à implementação de políticas afirmativas de acesso ao ensino superior de portadores de deficiência ou de autodeclarados indígenas e negros. Instituído o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate), com o objetivo de oferecer transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios (Lei nº10.880, de 9 de julho de 2004). Regulamentados artigos da LDB referentes à Educação Profissional, com vistas à integração entre o ensino médio e o ensino fundamental e o ensino fundamental técnico (Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004). Os estudantes passam a poder concluir a educação básica junto com o aprendizado de uma profissão.

2005 Iniciada a distribuição de livros didáticos de português e matemática para alunos do ensino médio de escolas públicas do Norte e do Nordeste. No ano seguinte, a distribuição é universalizada para estudantes do ensino médio de todo o Brasil. Criado o Programa Escola de Fábrica (Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005), com o objetivo de capacitar jovens de 16 a 24 anos para o ingresso no mercado de trabalho por meio de cursos de iniciação científica profissional. O aluno recebe uma bolsa-auxílio mensal durante todo o período do curso. A mesma legislação autoriza a concessão de bolsas de permanência aos bolsistas do Programa Universidade para Todos (ProUni) e também institui o Programa de Educação Tutorial (PET), destinado a fomentar grupos de aprendizagem tutorial mediante a concessão de bolsas de iniciação científica a estudantes de graduação e bolsas de tutoria a professores tutores de grupos do PET. A Língua Brasileira de Sinais (Libras) passa a ser inserida como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos

de Fonoaudiologia, de instituições públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005). Torna obrigatória a oferta da língua espanhola por parte da escola e como facultativa a matrícula da disciplina por parte do aluno (Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005). Em 2017, a legislação é alterada (Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, Art. 35-A§ 4º), passando a ser obrigatório nos currículos do ensino médio o estudo da língua inglesa, sendo optativa a oferta de outras línguas estrangeiras, preferencialmente o espanhol. Criada a plataforma Web do Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar do Programa Bolsa Família (Projeto Presença), com o objetivo de monitorar o acesso e a permanência dos alunos na escola e para otimizar o repasse de recursos públicos calculados com base no número de matrículas.

2006 Instituído o ensino fundamental de 9 anos, com matrícula obrigatória aos seis anos de idade (Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006). Iniciado o Sistema Universidade Aberta do Brasil (Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006), com o objetivo de ampliar a formação de professores da educação básica e, com isso, qualificar o ensino. O programa se utiliza da educação a distância para ampliar a oferta do ensino superior a um número maior de municípios. Criado o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Ensino de Jovens e Adultos (Proeja) (Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006). Por meio desse programa, os alunos das turmas de EJA aprende uma profissão enquanto conclui o ensino fundamental ou médio. Normatização das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino (Decreto 5.773, de 9 de maio de 2006, revogado pelo Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017).

2007 Instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), com o objetivo de ampliar o acesso e a permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (Decreto nº 6. 096, de 24 de abril de 2007). Regulamentado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), instituído pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006. Toda a educação básica, da creche ao ensino médio, com duração de 14 anos, passou a ser beneficiada com recursos federais (Lei nº 11. 494, de 20 de junho de 2007). Criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) que reúne, num só indicador, os resultados de dois conceitos: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O indicador mede a qualidade do aprendizado nacionalmente e estabelece metas para a melhoria do ensino. Instituído o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio de apoio a atividades socioeducativas no contraturno escolar (Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007). Lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), política que reforça a visão sistêmica da educação, com ações integradas com o objetivo de melhorar a educação no Brasil, em todas as suas etapas, em um prazo de 15 anos, com prioridade para a educação básica.

2008 Instituído o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica (Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008).

2009 Instituído o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) para apoiar e fortalecer os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal no desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de ensino médio não profissional (Decreto nº 971, de 9 de outubro de 2009).

2010 Criado pela Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010, o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), sistema informatizado e online gerenciado pelo MEC e que permite às instituições públicas e privadas ofertar vagas para seus cursos de graduação aos candidatos que participaram da edição anterior do Enem.

2011 Criado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica,

por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira (Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011). Instituído o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), com o objetivo de propiciar a formação e a capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica, e centros de pesquisa estrangeiros de excelência, além de atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação, em áreas de conhecimento definidas como prioritárias (Decreto nº 7.642, 13 de dezembro de 2011).

2012 Instituída pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas) a reserva de 50% das vagas nos cursos de graduação nas instituições federais de educação superior a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Dentro desse percentual, serão priorizam os alunos de menor renda e os autodeclarados pretos, pardos e indígenas, bem como pessoas com deficiência.

2014 Instituído o Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF), com o objetivo de propiciar a formação e a capacitação em idiomas de estudantes, professores e corpo-técnico administrativo das Instituições de Educação Superior Públicas e Privadas (IES) e de professores de idiomas da rede pública de educação básica, bem como a formação e a capacitação de estrangeiros em língua portuguesa (Portaria nº 973, de 14 de novembro de 2014). Aprovado o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014), com diretrizes, metas e estratégicas para a educação para o prazo de 10 anos.

2015 Lançada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que define o conjunto de aprendizagens essenciais no percurso da educação básica.

2016 Criado o Programa de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) (Portaria 1.145, de 10 de outubro de 2016), que visa apoiar a implementação da proposta pedagógica de escolas de ensino médio em tempo integral das redes públicas dos Estados e do Distrito Federal. Instituído o MedioTec, uma ação do Programa Pronatec, que passa a ofertar vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio, de forma concomitante, para os estudantes matriculados no ensino médio regular em escolas públicas, permitindo obter duas certificações.

2017 Instituída a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. A Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, a chamada Lei da Reforma do Ensino Médio, estabeleceu uma série de mudanças na estrutura do ensino médio: ampliou o tempo mínimo do estudante na escola, definiu uma organização curricular mais flexível, com a oferta de diferentes itinerários formativos. Lançado o Programa Educação Conectada, com o objetivo de apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica (Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017). Homologada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pela Portaria 1.570, de 20 de dezembro de 2017.

2018 Instituído o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC), com a finalidade de apoiar Estados e Municípios no processo de revisão ou elaboração e implementação dos currículos alinhados a BNCC (Portaria nº 331, de 5 de abril de 2018). A base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Em 14 de dezembro de 2018, é homologado o documento da BNCC para a etapa do ensino médio. Instituído o Programa Mais Alfabetização (PMALFA), que visa fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados no 1º e 2º ano do ensino fundamental (Portaria MEC nº 142, de 22 de fevereiro de 2018). Criação do Programa de Residência Pedagógica (Portaria Capes nº 38, de 28 de fevereiro de 2018), com o objetivo de aperfeiçoar a formação dos estudantes dos cursos de licenciatura, por meio de estágios supervisionados em escolas públicas de educação básica.

2019 O Ministério da Educação anunciou, em 11 de julho, um compromisso nacional pela educação básica em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). O objetivo é impulsionar a educação infantil,

o ensino fundamental, o ensino médio e a educação para jovens e adultos e tornar o Brasil referência na América Latina até 2030. Lançado em 17 de julho o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – Future-se, que tem por finalidade o fortalecimento da autonomia administrativa e financeira das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, por meio de parceria com organizações sociais e do fomento à captação de recursos próprios. Instituída a Política Nacional de Alfabetização (PNA), que busca amparo em estudos científicos para avançar e melhorar o processo de alfabetização infantil (Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019. A nova forma de ensino enfatiza seis componentes: consciência fonêmica, instrução fônica sistemática, fluência em leitura oral, desenvolvimento vocabulário, compreensão de textos e produção escrita. Lançado em 5 de setembro de 2019 o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, que prevê a implementação de 216 colégios até 2023. O objetivo é promover a melhoria na qualidade da educação básica. Lançado, em 8 de outubro, o Programa Novos Caminhos tem como meta aumentar em 80% o número de matrículas em cursos profissionais e tecnológicos focados nas demandas do mercado e nas profissões do futuro para gerar mais capacitação, emprego e renda. É divido em três eixos: Gestão e Resultados; Articulação e Fortalecimento; e inovar para crescer. Criação da ID Estudantil (Medida Provisória nº 895, de 6 de setembro de 2019). A carteirinha que dá direito à meia-entrada para estudantes em espetáculos artístico-culturais e esportivos. A emissão passa a ser feita por meio de aplicativo de celular, de graça. O download do app 'ID Estudantil' está disponível na Apple Store e Google Play, na loja virtual do Governo do Brasil. Lançamento, em 5 de dezembro, do Programa Conta Pra Mim, que faz parte da Política Nacional de Alfabetização, visa estimular o desenvolvimento intelectual na primeira infância, por meio da leitura. O programa reúne uma série de materiais para orientar e estimular os pais a incorporar as práticas de literacia familiar, uma técnica aplicada no dia a dia, na convivência entre pais e filhos. Cinco dias após o lançamento do Conta pra Mim, veio o do Diploma Digital. A certificação digital traz mais agilidade ao processo ao eliminar etapas que demandam tempo e dinheiro, como a coleta de dados e de assinatura, a impressão e o deslocamento do aluno até a instituição para ter o documento. A redução estimada de tempo até chegar na mão do aluno é de 90 para 15 dias. No novo sistema, as assinaturas serão digitais e em lote. As instituições de ensino superior públicas e privadas devem se adaptar até o fim de 2021.

2020 Lançado, em 18 de fevereiro, o programa Tempo de Aprender (Portaria Nº 280) visa o aperfeiçoamento, o apoio e a valorização a professores e gestores escolares do último ano da pré-escola e do 1º e 2º ano do ensino fundamental. Com base na Política Nacional de Alfabetização (PNA) e direcionado para a aplicação de práticas baseadas em evidências científicas nacionais e internacionais que deram certo, o programa traça um plano estratégico para corrigir a rota das políticas públicas de alfabetização no país. A implementação é realizada por meio da adesão de estados, municípios e Distrito Federal. (Fonte: MEC https://portal.mec.gov.br)

Apesar de alguns avanços, como a garantia constitucional do direito à educação e a expansão do ensino público, o Brasil ainda enfrenta muitos desafios. São eles: a desigualdade no acesso às escolas, a qualidade do ensino em algumas regiões deixa a desejar, falta um investimento adequado, há problemas com desvio de verbas, a formação dos professores nem sempre é boa e os salários continuam baixos, a mudança ocorrida no ensino fundamental/médio e a crise no ensino superior, por exemplo a formação EAD e as constantes reclamações por parte da população que não confia nessa modalidade de ensino.

A história da educação brasileira é marcada por lutas, avanços e retrocessos, refletindo as desigualdades sociais e os desafios do desenvolvimento do país.

PERÍODO COLONIAL E INFLUÊNCIA JESUÍTICA

A educação brasileira teve início em 1549, com a chegada dos jesuítas, que fundaram as primeiras escolas com o objetivo de catequizar os indígenas e ensinar os filhos dos colonizadores. A pedagogia adotada era de

base religiosa, centrada na doutrina católica e com forte influência da escolástica.
Este tipo de educação em muito se adequava ao momento e sobreviveu todo o período colonial, imperial e republicano, sem sofrer modificações estruturais em suas bases. Tanta foi a influência jesuítica, que, no período colonial media-se a posição social do indivíduo pela quantidade de terras, número de escravos e títulos que o indivíduo recebera dos colégios católicos. Concluímos, então, que este tipo de educação sobreviveu e permaneceu, porque reforçava o sistema sociopolítico e econômico da época. (RIBEIRO, 1993, p. 16). O acesso à educação era extremamente limitado, e a maioria da população permanecia analfabeta.

EXPULSÃO DOS JESUÍTAS E REFORMAS POMBALINAS
Em 1759, o Marquês de Pombal expulsou os jesuítas do Brasil, encerrando o seu monopólio educacional. Sobre os elementos do discurso da legislação pombalina no Alvara de 28 de junho de 1759. OLIVEIRA, (2016, p.113), diz: "a consciência histórica do estado de atraso ou defasagem de Portugal em relação às "Nações civilizadas", causado pela ação malévola dos jesuítas". Essa medida visava a modernização e a secularização do ensino, mas não resultou numa democratização imediata.
O Estado assumiu o controle da educação, mas continuou a priorizar as elites, sem investimento significativo em educação pública para a população em geral.

A falta de recursos e o falho sistema de arrecadação tributária com fins educacionais, impossibilitaram as províncias de cumprirem o papel que lhes fora dado: o de regular e promover o ensino primário e médio. O total abandono destes níveis educacionais abriu caminho para que particulares assumissem o nível médio, o que contribuiu ainda mais para a alta seletividade e o elitismo educacional. (RIBEIRO, 1993, p.16).

SÉCULO XIX E INÍCIO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA
A partir do século XIX, surgem discussões sobre a importância da educação pública, laica e gratuita.

Uma educação para todos, muito antes de sua origem na forma da escola universal, obrigatória e laica, foi pauta constante nas lutas do proletariado revolucionário, tendo como exemplo desse posicionamento o exposto no "Manifesto Comunista", de Marx e Engels em 1848, nas "Instruções aos delegados do Conselho Central Provisório da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT)", de 1868, bem como na "Crítica ao Programa de Gotha", de 1875. (GARCIA et al, 2017, p.179).

As Reformas promovidas por figuras como Benjamin Constant começaram a estruturar um sistema educacional mais organizado, com a introdução da divisão por séries e a criação de escolas normais para formação de professores.
Para RIBEIRO (1993) a reforma de Benjamin Constant propôs mudanças significativas, como a inclusão de disciplinas científicas e melhor organização do sistema educacional. No entanto, não foi implementada por falta de apoio institucional e político, visto como uma ameaça pelas elites. Ainda assim, o acesso ao ensino continuava limitado e não igualitário.

EDUCAÇÃO NO SÉCULO XX: LUTAS E AVANÇOS
O século XX trouxe avanços importantes, como a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930 e a ampliação do ensino público. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 defendeu uma escola pública, gratuita e laica.
Surge a Escola Nova como um movimento pedagógico focado na educação. Educadores denunciam o analfabetismo e problemas educacionais, inspirando-se na Europa, onde valoriza-se a individualidade do aluno. RIBEIRO (1993).
Educadores como Anísio Teixeira e Paulo Freire lutaram por uma educação democrática e a educação popular como transformação social.

DESAFIOS ATUAIS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA
O Brasil ainda enfrenta muitos problemas na educação, apesar dos avanços. A Cons-

tituição de 1988 garante a educação como direito, mas há desigualdade no acesso, infraestrutura ruim, baixos salários e má formação de professores. De acordo com SAVIANI (2008), a situação atual é resultado de construções históricas, e os educadores precisam agir para mudar o futuro.

Ainda no texto de SAVIANI (2008, p. 3 e 4), os resultados dessa construção histórica: "Nessa condição, sofrem, por um lado, as determinações do passado; mas, por outro lado, assim como a educação anterior foi produto da ação dos que nos precederam". Nós como educadores atuais, temos que agir hoje para mudar o futuro.

Reformas recentes, como a do ensino médio e a BNCC, geram debates sobre qualidade e equidade.

CONCLUSÃO

Com o fim do artigo podemos afirmar que a história da educação no Brasil é feita de lutas, conquistas e também de retrocessos, sempre refletindo as desigualdades sociais e os desafios do desenvolvimento do país.

Desde a catequese jesuítica até os esforços atuais por inclusão e qualidade, o ensino no Brasil tem sido um reflexo das condições sociais e políticas do país.

Para alcançar um sistema educacional mais justo e eficiente, é necessário enfrentar os desafios históricos com políticas públicas consistentes, valorização dos profissionais da educação e maior investimento em infraestrutura e formação. Só assim será possível garantir que todos os brasileiros tenham acesso a uma educação de qualidade plena.

A trajetória da educação no Brasil evidencia um caminho repleto de desafios, avanços e retrocessos que refletem, de forma direta, as transformações sociais, políticas e econômicas vivenciadas pelo país ao longo dos séculos. Desde os primeiros esforços educacionais conduzidos pelos jesuítas no período colonial até as políticas públicas recentes voltadas à democratização do ensino. Percebe-se que há um movimento contínuo, mesmo que desigual, na busca por um sistema educacional mais inclusivo, justo e de melhor qualidade.

Os marcos legais, programas e reformas implementados nas últimas décadas mostram que a educação sempre esteve no centro das disputas por desenvolvimento e justiça social. No entanto, ainda persistem graves problemas estruturais, como a má distribuição de recursos, a desigualdade regional no acesso e na qualidade do ensino, a desvalorização dos profissionais da educação e a evasão escolar, especialmente entre os jovens das camadas mais vulneráveis da população.

Figuras históricas como Benjamin Constant, Anísio Teixeira e Paulo Freire deixaram um legado importante para a educação pública no Brasil. Documentos como o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e leis como as Diretrizes e Bases da Educação Nacional buscam tornar-se o ensino mais democrático.

É essencial entender a evolução da educação brasileira para criar políticas públicas eficazes e justas, garantindo o direito à educação para todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Conheça a história da educação brasileira. [Brasília], 14 out. 2019 (atualizado em 14 abr. 2020). Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 02 set. 2025.

CANCIAN, Q. G., BONAPARTE, K.Z.C., COITIM, R.D., BAGATOLLI, D. E., SILVA, G. A., BORCHART, S. A., MALACARNE, Vilmar. Trajetória da educação no Brasil. Disponível em: < https://www.fag.edu.br/>. Acesso em 02 de agosto de 2025.